



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **3001705-79.2013.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Compra e Venda**
 Requerente: **NAYRON FERREIRA**
 Requerido: **MERCADO LIVRE ME e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DECIDO.

Na esteira do despacho de fl. 112 e considerando a certidão de fl. 117, reputo a desistência da ação contra a ré ERISLEN JALES, extinguindo o processo quanto à mesma com fundamento no art. 267, inc. VIII, do Código de Processo Civil, anotando-se.

No mais, não há dúvidas quanto a alguns aspectos fáticos trazidos à colação.

É certo nesse sentido que o autor se cadastrou junto ao réu visando à venda de um telefone celular (fl. 03).

É certo, ainda, que ele posteriormente recebeu mensagem do réu dando conta de que a venda se concretizou (fl. 04) e de que como o respectivo pagamento teria acontecido deveria enviar o produto à compradora (fl. 05).

Diante disso, o autor encaminhou o objeto vendido, mas não recebeu o valor respectivo.

Dessa maneira, pleiteia a condenação do réu a ressarcir-lo pelos danos materiais que sofreu.

Esses aspectos, como destacado, não despertam maiores divergências.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Já a preliminar de ilegitimidade passiva ad causam suscitada em contestação não merece acolhimento.

Com efeito, a responsabilidade do réu na reparação dos danos reclamados deriva da solidariedade prevista no art. 18 do CDC entre todos os participantes da cadeia de produção.

Ele inegavelmente enquadra-se nessa condição, porquanto sua atuação viabilizou a concretização do negócio em apreço, não se podendo olvidar que seu objeto social deixa patente sua participação na cadeia que se forma para o comércio de bens pela rede mundial de computadores (fl. 61, art. 3º, a).

Ao disponibilizar um sítio na internet para acesso a interessados na compra e venda de mercadorias, inclusive realizando as respectivas qualificações, resta clara a ligação do réu com tais negócios inclusive porque lhes confere maior segurança.

Não se concebe, portanto, que se exima pelo que veio então a suceder.

É oportuno trazer à colação o magistério de **RIZZATTO NUNES** sobre o assunto:

“O termo fornecedor, conforme já explicitado no comentário ao art. 3º, é o gênero daqueles que desenvolvem atividades no mercado de consumo. Assim, toda vez que o CDC refere-se a 'fornecedor' está envolvendo todos os participantes que desenvolvem atividades sem qualquer distinção.

E esses fornecedores, diz a norma, respondem 'solidariamente'. (Aliás, lembre-se: essa é a regra da responsabilidade do CDC, conforme já demonstrado).

Dessa maneira, a norma do caput do art. 18 coloca todos os partícipes do ciclo de produção como responsáveis diretos pelo vício, de forma que o consumidor poderá escolher e acionar diretamente qualquer dos envolvidos, exigindo seus direitos” (“Comentários ao Código de Defesa do Consumidor”, Ed. Saraiva, 6ª edição, p. 307).

Não obstante, é óbvio que como decorrência da solidariedade poderá aquele acionado para a reparação dos danos “*exercitar ação regressiva contra o fabricante, produtor ou importador, no âmbito da relação interna que se instaura após o pagamento, com vistas à recomposição do status quo ante*” (**ZELMO DENARI** in “Código Brasileiro de Defesa do Consumidor Comentado pelos Autores do Anteprojeto”, Ed. Forense, 10ª edição, págs. 222/223).

Ademais, não se perquire sobre o elemento culpa em situações dessa natureza, porquanto a responsabilidade do fornecedor é objetiva, consoante orientação consagrada no Código de Defesa do Consumidor.

Rejeito, pois, a prejudicial argüida.

Por outro lado, transparece evidente a relação de consumo estabelecida entre as partes, preenchidos a propósito os pressupostos dos arts. 2º e 3º do Código de Defesa do Consumidor.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Em consequência, a responsabilidade do réu somente poderia ser afastada se houvesse demonstração de culpa exclusiva do autor.

É a conclusão a que se chega pelo exame do disposto no art. 14 do mesmo diploma legal.

Na espécie, essa causa excludente não se configurou.

Isso porque a mensagem de fl. 05 não se reveste de qualquer característica que despertasse dúvida sobre sua autenticidade, cumprindo registrar que a confirmação da venda aconteceu, o mesmo sucedendo com a notícia do recebimento do valor.

O autor, bem por isso, não obrou de forma indevida ao atender as orientações que recebeu.

Não agiu de maneira desidiosa.

O fato de não ter acessado sua conta gráfica poderia quando muito render ensejo à idéia de que concorreu para o resultado verificado, mas isso é irrelevante porque somente a culpa exclusiva afastaria a responsabilidade do réu.

É inerente ao risco da atividade desenvolvida pelo réu a utilização de mensagens forjadas, incumbindo a ele as providências necessárias para evitar eficazmente que tal se dê.

Na espécie, tanto isso não ocorreu que o autor foi ludibriado.

Não se pode à evidência impor a este o ônus pelo que aconteceu, mas ao réu, sobretudo por sua estrutura e condição econômica.

A jurisprudência orienta-se nessa direção em situações afins:

“Coisa móvel. Compra e venda. Negócio realizado por meio de site na rede mundial de computadores (internet). Culpa do titular do dito site em evitar que terceiro fraudulentamente viesse se passar por comprador e lograr se apropriar da coisa. Indenização por danos morais incabível. Ação de indenização. Improcedência. Inversão parcial do julgamento.” (TJSP, Apel. nº 990.10.269318-0, São Carlos, rel. Des. **SEBASTIÃO FLÁVIO**, j. 15.02.2011 - grifei).

“Indenização. Danos material e moral. Negociação através do portal 'Mercado Livre'. Comunicação fraudulenta de pagamento. Remessa de mercadoria sem recebimento do preço pelo vendedor. Relação de Consumo. Art. 14 CDC. Prestação de serviço. Responsabilidade objetiva e solidária. Dano moral. Não caracterização. Indenização indevida. Mero aborrecimento. Procedência parcial mantida. Apelos desprovidos.” (TJSP, Apel. nº 990.10.299703/0, Rel. Des. **DIMAS CARNEIRO** - grifei).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Nota-se, portanto, que a responsabilidade do réu há de ser proclamada.

Sua condenação ao pagamento do valor do bem é de rigor, como forma de recompor o patrimônio do autor pelo prejuízo experimentado.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar o réu a pagar à autora a quantia de R\$ 1.600,00, acrescida de correção monetária, a partir de outubro de 2013 (época da entrega do bem), e juros de mora, contados da citação.

Caso o réu não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 16 de maio de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**